



ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DA POLÍTICA SOCIAL: A PARTICULARIDADE LATINO-AMERICANA

Maisa Gonçalves Cardoso¹

Resumo

Neste artigo fazemos uma análise da Política Social a partir de elementos inerentes à realidade contemporânea latino-americana, dada as particularidades do capitalismo dependente que se desenvolveu na região. A violência estrutural sobre terra e a histórica superexploração da força de trabalho, oriundas da condição de dependência impõe no horizonte de análise das Políticas Sociais, (re) pensar tais aspectos: a questão agrária e a superexploração da força de trabalho. São estas raízes fincadas historicamente na América Latina e expressas no subdesenvolvimento das massas marginalizadas que se insere a necessidade de análise das políticas sociais desde marcos latino-americanos.

Palavra-Chave: Política Social. Superexploração da força de trabalho. Questão Agrária. Dependência.

I INTRODUÇÃO

A história do desenvolvimento capitalista sui generis da América Latina fomentou e foi fomentada pela dinâmica geral de desenvolvimento deste particular modo de produção. Fundamento da acumulação primitiva, a anexação colonial política-econômica-cultural do que antes era próprio, autônomo, explicitou a centralidade externa nas decisões internas, conformando uma apropriação indevida de solos, corpos e territórios fecundos para a dominação europeia.

O debate da história do capitalismo na América Latina tem profundas implicações políticas nas reflexões e ações sobre limites e possibilidades inerentes à condição de ser do particular dentro da dinâmica geral do capital. As ciências sociais se dedicam há décadas à compreensão desse movimento. Mas foi na década de 1960 que este debate ganhou força a partir da relação dialógica-dialética apresentada pelo desenvolvimento e sua contraface: a dependência. Ruy Mauro Marini em seu texto *Dialética da dependência* escrito em 1973 (2011) ao ressaltar os determinantes da produção e reprodução do capital em escala ampliada, revela o importante cenário no qual as relações da América Latina com os centros capitalistas condicionaram-na a inserir-se em uma estrutura definida como divisão internacional do trabalho, cuja centralidade era a de ser coadjuvante no cenário protagonizado pelo capital das economias centrais. Essa estrutura determinaria o desenvolvimento dessa região, marcado pelo desigual intercâmbio e desenvolvimento capitalista na questionável caracterização da (in)dependência na América Latina.

A dependência emerge, nesse contexto de desenvolvimento do subdesenvolvimento, como mecanismo central de subordinação, na América Latina, do território e dos sujeitos; emerge, ainda, como forma de propagação do poder, de reprodução do capitalismo em sua dinâmica internacional. Fica enraizada, na região, a histórica violência estrutural sobre terra e trabalho. Para Gunder Frank (1969), a função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo industrial europeu vinculava-se à sua capacidade de criar uma oferta mundial de alimentos, além de matérias-primas. Logo, a dependência e o subdesenvolvimento foram e ainda são gerados pelo mesmo processo histórico que levou ao desenvolvimento econômico na periferia capitalista: o desenvolvimento do capital.

¹ maisa89goncalves@hotmail.com – UFSC.



De acordo com Marini (2011), a debilidade dos mecanismos de manejo e apropriação do excedente econômico produzido pelos trabalhadores na periferia resulta do fato de a produção ser sujeitada à relação exportação-importação para o comércio internacional. Isso faz com que a mais-valia produzida nas economias dependentes se realize no mercado externo, mediante a exportação, o que gera uma separação entre a esfera de produção e a esfera de circulação da mercadoria.

Esse mecanismo apresenta-se inicialmente vinculado à fase primária exportadora da América Latina. No entanto, ressurgiu com o processo de “reprimarização”² das exportações na era neoliberal, configurando uma situação interna débil perante o cenário internacional, controlado pelo grande capital monopolista e que no século XXI mostra-se sob “novas” bases no processo de acumulação capitalista.

2 DESENVOLVIMENTO

A superexploração da força de trabalho e a questão agrária: faces da dependência latino-americana.

Segundo Marini (2011), para que o capitalista da periferia compense as perdas durante a troca desigual entre nações centrais e nações periféricas, deverá aumentar no próprio processo produtivo que coordena, tanto a massa de valor produzida quanto a apropriação do mesmo. Isso implica o pagamento de um salário com valor abaixo do necessário para a reprodução da força de trabalho. Além de significar a não necessidade de potencializar um mercado interno para circulação de mercadorias dado o baixo dinamismo econômico vinculado aos baixos salários.

Essa prática desnuda o mecanismo particular da superexploração da força de trabalho no desenvolvimento do capitalismo na América Latina, seja mediante o aumento do ritmo do trabalho, seja pelo prolongamento da jornada de trabalho, ou, o que é mais comum, combinando-se os dois procedimentos. Assim, na malograda tentativa de compensação da perda de parte da mais-valia, oriunda do desequilíbrio entre preço e valor das mercadorias exportadas, o capitalista da periferia adota práticas perversas de exploração, condenando parte expressiva da classe trabalhadora a viver na miséria.

Em suma, os países latinos, ao ingressarem no circuito capitalista internacional em condições de inferioridade, reproduzem essa lógica, que permanece inalterada até os dias de hoje não somente pela modernização tardia e conseqüentemente pelo reduzido alcance no desenvolvimento das forças produtivas, mas sobretudo pela posição que a América Latina ocupa no mercado mundial. É da superexploração da força de trabalho que a dependência ganha materialidade e explicita a real condição de ser do capitalismo na periferia.

Será o aviltamento de tais relações, sob a égide do capital financeiro, que colocará a questão agrária nos trilhos da discussão da dependência. É esta fase atual da dependência que coloca como um dos elementos centrais de dominação a naturalização do endividamento público e individual dos trabalhadores, atrelada a um tipo de conduta dos Estados latino-americanos que aprofunda o aprisionamento dos governos aos interesses do capital financeiro³: “são os novos condicionantes da práxis do capital que reforçam o caráter histórico da atualidade da dependência sob a consigna da superexploração e do superendividamento” (TRASPADINI, 2014, p. 32). Na mesma linha argumentativa Nildo Ouriques (2001, p. 36), reitera que é principalmente a partir desses problemas de acumulação que esses governos têm a capacidade de “avançar ainda mais na

² Ver melhor detalhamento do termo em Moreira e Mancio (2012)

³ A categoria capital financeiro, presente nesta análise, parte da conceituação clássica cunhada por Vladimir Lênin (1987): a concentração da produção tendo como consequência a formação dos monopólios; ou ainda, é a fusão ou interpenetração dos bancos com a indústria, determinando e definindo o capitalismo atual, onde reinam os monopólios e a exportação de capitais.



transformação da profunda crise social como uma necessidade de Estado”. Assim, em cada tentativa de “estabilizar a economia”, novas dívidas são contraídas pelo Estado, aprofundando a dependência.

A exacerbada valorização da renda fundiária nesse processo e a consequente superexploração da força de trabalho e espoliação dos recursos naturais integram-se num todo articulado e constituem a contraditória, antagônica e complementar estratégia de acumulação de capital. Conforme Guilherme Delgado (2012), tal situação expressa o próprio padrão de crescimento econômico perseguido na primeira década do século XXI pelo agronegócio⁴.

Atualmente, tal configuração histórico-social impõe à economia exportadora brasileira uma dupla dimensão na realização do capital financeiro⁵: a superexploração da força de trabalho e a extração/espoliação dos recursos naturais. As consequências desse projeto aprofundam as manifestações mais agudas da miséria pulsante na realidade social do campo e da cidade, acirrando a questão social na atualidade⁶.

Nesse sentido, é imprescindível reiterar que entendemos a questão agrária como uma particularidade da questão social, constituída, segundo Sant’ana (2012, p. 14), a partir de embates estabelecidos devido à posse da terra e/ou às relações de trabalho em meio rural; no atual modelo de desenvolvimento agrário, e uma de suas principais expressões ocorre pelo embate na relação capital x trabalho que ocorre no campo e na cidade, mas que é decorrência do avanço das relações capitalistas no campo.

Esse debate situa-se no bojo da discussão da perspectiva de totalidade, cujo trabalho apresenta-se como eixo fundante das relações sociais. Essa compreensão da questão agrária só se dá ao apreender a questão social em suas mediações concretas com a universalidade posta pela sociabilidade burguesa, das quais fazem parte as particularidades e configurações geradas em distintos locais, mas sempre oriundos do enfrentamento entre os segmentos de classe, bem como suas relações de trabalho no meio rural.

Na realidade, as particularidades da questão social resultante do embate de classes que advém do desenvolvimento do capitalismo na agricultura compõem a questão agrária; entretanto, a não apreensão das mediações que a constituem inviabiliza uma análise a partir do mundo trabalho. Sant’ana (2012), ao analisar a aproximação entre o serviço social, como uma categoria profissional que lida diretamente com as expressões da questão social, e com os trabalhadores superexplorados reitera que é o cotidiano dos mesmos que impulsiona o seu encontro com a política social e com o serviço social.

Nesse encontro, a identidade de classe tende a ser negada e subsumida à de cidadão usuário da política de assistência social. Para Carmelita Yazbek (2012), esse é um encontro marcado pela dificuldade do serviço social, como categoria profissional, de apreender a questão agrária como particularidade da questão social. A autora ressalta que esse é um dos maiores desafios postos à profissão na materialização de seu projeto ético-político. Nesse sentido, Sant’ana (2012, p. 177) destaca que à medida que o Assistente Social não capta o trabalho como eixo fundante da sociabilidade, ele não reconhece o seu

⁴ Segundo dados da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), da Universidade de São Paulo (USP), minério e agronegócio, juntos, foram responsáveis por 68% do valor total exportado pelo país em 2012.

⁵ A categoria capital financeiro, presente nesta análise, parte da conceituação clássica cunhada por Vladimir Lênin (1987): a concentração da produção tendo como consequência a formação dos monopólios; ou ainda, é a fusão ou interpenetração dos bancos com a indústria, determinando e definindo o capitalismo atual, onde reinam os monopólios e a exportação de capitais.

⁶ Segundo Zé Paulo Netto (2013), a expressão “questão social” surge no século XIX, num contexto de industrialização capitalista na Europa Ocidental, para explicar o fenômeno que assolava grande parte da população: o pauperismo. Ainda que a pobreza e a miséria datassem de muito na história, era inovadora a dinâmica sob a qual a pobreza se generalizava: “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2013, p. 20).



usuário como membro de uma classe cujos embates na relação com o capital têm se configurado de maneira tal que esta situação manifesta no universo singular é a mais genuína expressão da questão social.

Tal dinâmica mistifica o processo de superexploração da força de trabalho, sobretudo destes oriundos do meio agrário. Encobrendo relações durante o processo produtivo em que se sustenta a política do agronegócio, voltada a produção de commodities primárias com vistas à exportação, sob a lógica do mercado mundializado, em que a apropriação privada oligopolista da produção é também apropriação privada das terras.

Para François Chesnais (1999), a lógica desse mercado, propagado no atual estágio de acumulação capitalista na periferia, assenta-se sobre a mundialização financeira. De acordo com Chesnais (1999, p. 17), a mundialização financeira deve ser compreendida num contexto “de ressurgimento das contradições clássicas do modo de produção capitalista mundial, que haviam sido abandonadas entre 1950 e a recessão de 1974”.

Pierre Salama (1999), ao analisar a repercussão do processo de financeirização nas economias da América Latina, ressalta como as transformações no mundo do trabalho foram intensificadas rumo à maior precarização das condições de vida da classe trabalhadora nos marcos do neoliberalismo. Tais transformações foram aprofundadas no final dos anos de 1980 e 1990 e se arrastam até os dias de hoje.

Nos trilhos desse modelo, é que se insere a necessidade de compreensão o lugar socioeconômico que a questão agrária ocupa na atual fase de acumulação de capital na periferia capitalista, uma vez que, ajuda a desvendar o patamar da disputa, entre as frações das classes dominantes e o trabalho, pelo excedente econômico, exacerbando a essência da política social nos dias de hoje e, principalmente, seu papel na luta dos trabalhadores e na dominação do capital.

Com efeito, o alcance e o escopo das políticas sociais são sensivelmente restringidos na configuração histórico-social em que se encontra a economia exportadora da periferia capitalista — a qual, porém, é necessária à sobrevivência de milhares de trabalhadores.

3 CONCLUSÃO

Breves considerações: a política social no horizonte

A fase de acumulação do capital na periferia latino-americana no século XXI coloca na ordem do dia a imperiosa necessidade das políticas sociais⁷. Sobretudo, como um mecanismo de socialização dos custos de reprodução da força de trabalho para o conjunto da sociedade, “tornada não somente necessária, devido o acirramento da luta de classes, mas possível, com a expansão da extração de mais-valia, fundamental para o aproveitamento produtivo do excedente econômico a ser valorizado” (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 168).

Isso se dá principalmente quando se pensa a América Latina, região em que o desenvolvimento capitalista explicita as particularidades históricas e conforma a superexploração da força de trabalho como *modus operandi* do capitalismo dependente. Se a natureza da dependência latino-americana emana do fato de que foi incumbida a participar no processo de acumulação em geral, alterando a capacidade produtiva do trabalho no exterior, isto centrou-se em uma forma particular de extração de sobretrabalho, dada a

⁷ Concordando com Beatriz Paiva (2009), entendemos a política social como uma dimensão constitutiva do Estado capitalista, portanto, de sua intervenção, desde a transição à sua fase monopólica, nas décadas iniciais do século XX, cujos primeiros vínculos transitam — numa unidade contraditória — entre as esferas da produção e da reprodução social. Isso porque as determinações estruturais são tipificadas quando esclarecidas as funções que assumem no financiamento de parte do capital variável, socializando os custos econômicos de reprodução da força de trabalho, seja pela regulação salarial, seja pela subvenção de bens e serviços necessários à satisfação dos meios de vida. Mas são também produto da luta de classes, como parte do processo de disputa do excedente econômico expropriado das massas.



situação periférica dos capitais latino-americanos no âmbito mundial: o pagamento de salários abaixo das condições de sobrevivência dos trabalhadores.

Imersas nesse processo de desvendamento da realidade social, que, segundo Marini (2011), tem como elemento básico a modernização da América Latina pautada na contraditória relação de subordinação ao mercado externo, é que se localizam as políticas sociais. Essa perspectiva engendra tanto os limites quanto o potencial político-emancipatório dessas políticas. Assim da dialética do desenvolvimento e da dependência na América Latina, resulta um aspecto central para o entendimento da questão social: qual é o papel da superexploração da força de trabalho na compreensão das políticas sociais na periferia capitalista? De acordo com Beatriz Paiva e Nildo Ouriques (2006), a construção das políticas sociais na América Latina encontra-se obstaculizada pela perpetuação da dependência.

Nesse sentido, há que se destacar outro determinante das políticas sociais, dialeticamente contraditório, cuja implementação resulta historicamente da luta da classe trabalhadora por direitos sociais. Ora, se por um lado as políticas sociais foram financiadas pelo excedente econômico do capital em seu estágio mais dilatado, por outro lado, significaram respostas à luta política dos trabalhadores; portanto, adquirem uma dimensão não apenas econômica, mas também política.

Logo, quando o potencial político-emancipatório das políticas sociais na América Latina é questionado, há que se pensar a crítica aos mecanismos de produção e extração de mais-valia no continente. É a partir disso que podemos inferir as especificidades da política social, delineadas nos marcos do subdesenvolvimento e de uma economia dependente. Assim, as políticas sociais, de um lado, circunscrevem-se no processo de disputa política pela redistribuição do excedente econômico real, historicamente expropriado das massas, uma vez que não se limitam a amortizar os conflitos ou as manifestações mais agudas da pobreza por meio da oferta de serviços básicos. De outro, são também um instrumento de transformação social que organiza as massas segundo seus interesses essenciais, embora estes não portem, por si sós, a capacidade de transformação societária.

Entretanto, ao confrontar o horizonte político-emancipatório das políticas sociais com a condição na qual elas se encontram assentadas na América Latina, evidenciam-se seus limites, mais que em qualquer outro contexto, em função da natureza da extração da mais-valia, via superexploração da força de trabalho.

Por fim, como trabalhado por Paiva e Ouriques (2006, p. 172), a política social subordinada a essa lógica “reproduz igualmente as situações desde fora, e o esboço de proteção social permitido não vai além de ações focalistas e pontuais, somente ofertadas em situações extremas”. De modo que a “expropriação de parte substantiva do trabalho necessário para o trabalhador repor sua força de trabalho desde a apropriação maior do trabalho excedente” coloca as políticas sociais como horizonte necessário à reprodução das massas exploradas (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 174).

Assim, ao aprofundar o pacto da economia do agronegócio, aviltado na atual fase de acumulação de capital na periferia capitalista, a especificidade das políticas sociais na América Latina é redimensionada como um mecanismo de socialização dos custos de reprodução da força de trabalho.

Tal perspectiva de análise circunscreve-se no plano das disputas ideológicas, cuja compreensão das Políticas Sociais nesta nova fase de acumulação capitalista, na periferia, nos impõe compreendê-las desde marcos teóricos assentados sobre a crítica da economia política latino-americana. Busca transcender o modelo social europeu, que por apresentar uma realidade histórica e socioeconômica diferente da experiência latino-americana, é insuficiente na análise e conseqüentemente no enfrentamento das expressões da questão social, na qual a questão agrária erige como elemento central.



REFERENCIAS

- CHESNAIS, François. Introdução Geral. In: _____(org.) *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1999.
- DELGADO, Guilherme. *“Do capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças climáticas em meio século (1965-2012)* Porto alegre: Editora UFRGS, 2012.
- FRANK, Gunder. *Sociología Del desarrollo y desarrollo de La sociología*. Ed. Anagrama. Barcelona, 1971.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch, *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Ed. Global. São Paulo, 1987.
- MARINI; Ruy, Mauro. Dialética da Dependência. TRANSPADINI, R; STEDILE, J, P (orgs). In: *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. Dialética da Dependência. 10º ed: editora Era. 1990.
- PAIVA. B; OURIQUES, N. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? Revista *Katálysis*, v. 9 jul/dez. Florianópolis. 2006.
- SALAMA, Pierre. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- SANT'ANA, Raquel, Queiroz. *Trabalho bruto no Canavial: Questão agrária, assistência e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2012.